

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 24/04/2015

- [Fundo Penitenciário poderá ser aplicado em berçários e creches](#)
- [Presidente de CPI pede plano de enfrentamento ao homicídio de jovens negros](#)
- [Debatedores classificam como genocídio o alto índice de mortes de jovens negros](#)
- [Justiça Itinerante prepara ações do Eu Tenho Pai em Capitão de Campos](#)
- [História em quadrinhos ajuda crianças a lidar com o divórcio](#)
- [Entidades médicas fazem manifesto contra redução da maioridade penal](#)
- [Com redução da maioridade, sistema pode ter 32 mil presos a mais em 1 ano](#)
- [No Recife, Dia do Jovem Trabalhador é lembrado com caminhada no centro](#)
- [Iêmen - 115 crianças mortas desde 26 de março](#)
- [Estudante de Fernando de Noronha é selecionado para o Programa Ganhe o Mundo](#)

Assunto: Fundo Penitenciário poderá ser aplicado em berçários e creches

Fonte: Agência Senado

Data: 24/04/2015



Aprovado na Câmara dos Deputados em 15 de abril, chegou para apreciação do Senado o projeto de lei complementar que permite o uso de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) em berçários, creches e seções destinadas a gestantes e parturientes em estabelecimentos penais.

O projeto (PLC 26/2015), da deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), procura dar eficácia ao texto da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84), que determina a instalação e manutenção de setores para atendimento a gestantes e para abrigo de crianças de até sete anos de idade. A autora lembra que muitos estabelecimentos penais não contam com esse espaço adequado para abrigar as gestantes, mães e crianças pequenas. "Para resolver o problema, é de crucial importância o uso dos recursos do Funpen para as mulheres que sofrem a dor de dar a luz a um filho em uma penitenciária", diz a deputada.

Hoje, os recursos do Funpen são aplicados, entre outras destinações, na construção e reforma de presídios; na manutenção dos serviços penitenciários; na implantação de medidas

pedagógicas relacionadas ao trabalho profissionalizante do preso; na formação educacional e cultural do preso; na elaboração e execução de projetos voltados à reinserção social de presos; e em programas de assistência às vítimas de crime.

Assunto: Presidente de CPI pede plano de enfrentamento ao homicídio de jovens negros

Fonte: Agência Câmara

Data: 24/04/2015



CPI da Violência contra Jovens Negros realizou audiência para discutir as pesquisas sobre violência no País

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Violência contra Jovens Negros, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), sugeriu nesta quinta-feira (23) a elaboração de um plano nacional de enfrentamento ao homicídio e à violação de direitos no Brasil, que incluía políticas afirmativas. “Precisamos conhecer a história e propor algo que elimine esse genocídio que existe hoje em relação aos jovens negros e pobres”, disse Lopes.

A CPI realizou nesta quinta-feira audiência pública para debater as pesquisas sobre violência no País. Segundo os dados apresentados, a maioria das pessoas assassinadas no Brasil é negra. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública aponta que os negros somam 68% das vítimas de assassinatos em 2013. Mais da metade tinha entre 15 e 29 anos e 93% eram homens.

Para o vice-presidente do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, os números revelam um problema racial no País, que não pode ser associado apenas à baixa renda.

Renato Lima disse que as políticas públicas de combate à violência precisam levar em conta a garantia de direitos dessa parcela da população. “Temos que pensar em quem são as vítimas preferenciais”, disse. “E todas as evidências mostram que a gente precisa levar em consideração o jovem negro.”

Com base nos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Renato Lima também destacou a necessidade de aumentar a relação de confiança das instituições públicas com a sociedade civil. Para ele, as informações disponíveis devem ser transformadas em ações.

Impunidade

O deputado Reginaldo Lopes ressaltou que, de 1985 a 2014, apenas 5% dos inquéritos sobre chacinas foram instaurados. “Nós precisamos cobrar das autoridades responsáveis que isso seja apurado. O problema da violência no País não é o tamanho da pena. É o tamanho da impunidade”, afirmou.

Estudos de outras instituições também apontam o negro como o perfil da vítima de violência no País. De acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade e o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, enquanto a taxa de homicídios de negros era de 36 mortes por 100 mil negros, entre os brancos esse índice era de 15,2.

Já um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2013, estima que mais de 39 mil pessoas negras são assassinadas todos os anos no Brasil, contra 16 mil indivíduos de todas as outras raças.

Segundo o "Mapa da Violência 2014: Os jovens do Brasil", os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos, e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Em 2012, dos 56.337 mortos por homicídios no Brasil, 53% eram jovens. Destes, 77% eram negros (assim considerados a soma de pretos e pardos) e 93,3% eram homens.

Assunto: Debatedores classificam como genocídio o alto índice de mortes de jovens negros

Fonte: Agência Câmara

Data: 24/04/2015



Em debate na Câmara, foram feitas críticas à atuação policial em comunidades carentes e nas periferias das cidades brasileiras.

Autoridades, religiosos e artistas questionaram a atuação do Estado e denunciaram o que chamam de "genocídio" da comunidade negra no País. O debate ocorreu nesta quarta-feira (22), em audiência pública que discutiu a violência contra a juventude negra no Distrito Federal e região do Entorno.



Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara discutiu a violência contra a juventude negra.

O encontro foi uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Apesar da abordagem específica ao Distrito Federal, expositores afirmaram que a omissão do Estado é o principal vetor para a morte de jovens negros nas diversas regiões do País.

A crítica foi ainda mais acentuada na atuação policial em comunidades carentes e periferias brasileiras. A maioria dos debatedores questionou a atuação diferenciada da polícia nesses locais, o que aumentaria a discriminação contra jovens negros.

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que presidiu a audiência pública, alertou sobre a situação atual de violência. "Existe, no Brasil, um genocídio da juventude negra. Os dados são gravíssimos. Morrem mais jovens negros no Brasil do que o total de mortes em conflitos armados de qualquer país do mundo", afirmou.

"Isso é um fato gravíssimo, e devemos tomar uma série de medidas. Nós temos que trabalhar, preventivamente, na preparação das polícias, pois muitas mortes na periferia são causadas por policiais", disse Orlando Silva.

Preconceito

Para o deputado Major Olimpio (PDT-SP), não restam dúvidas de que os negros representam a maioria das vítimas de assassinatos. Ele ressaltou, no entanto, que a polícia não pode ser culpada por eles.

Olimpio rebateu as acusações de preconceito da polícia. "A sociedade brasileira é bastante preconceituosa. E os números são irrefutáveis: nós temos mais mortes de jovens negros. Nós temos que defender o bom policial, que é a maioria esmagadora. Quando queremos fazer uma apuração, não podemos partir do preconceito, dizendo que a polícia, institucionalmente, persegue e mata", disse.

Repressão

Para o cantor e escritor Genival Oliveira Gonçalves, conhecido como GOG, o Estado é racista e sustenta a ideia do "genocídio", por meio de um "braço armado", ou seja, a polícia.

"O jovem negro está vulnerável à morte quatro vezes mais que um jovem de pele não negra. Muitas vezes, a morte é uma condecoração de toda essa ineficiência do Estado. A forma com que nós percebemos a polícia, em nossas comunidades, é uma forma na qual ela não vem nos ajudar, mas, sim, reprimir", disse o cantor.

Ampliação do debate

De acordo com o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), novas parcerias serão formadas para que o debate seja estendido a outros estados brasileiros. Pimenta concordou com as opiniões de que a juventude negra do País sofre um genocídio.

"A violência contra a juventude negra adquire uma característica de genocídio, porque a chance de um jovem negro ser morto, na proporção de um jovem branco, é algo impressionante. Esse debate tem que ser feito. Até mesmo para que possamos pensar em como enfrentar essa realidade", afirmou o deputado.

Na Câmara, o tema voltou a ganhar força com a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Violência contra Jovens Negros e a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos de idade.

Visibilidade

O secretário da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Hamilton Pereira, disse que a parceria com a Câmara dos Deputados é fundamental para a discussão do que ele chamou de "a indiferença diante da barbárie", referindo-se aos jovens negros assassinados.

"Essa parceria é fundamental pra que a gente possa envolver as duas instituições legislativas para mover a sociedade naquilo que a gente pode chamar de 'a batalha de valores', particularmente o combate à indiferença diante da barbárie", declarou Pereira.

Segundo o Mapa da Violência 2014, os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dos mais de 55 mil homicídios, estima-se que quase 80% foram de negros.

Assunto: Justiça Itinerante prepara ações do Eu Tenho Pai em Capitão de Campos

Fonte: CNJ

Data: 24/04/2015



No período 15 a 17 de abril, o Projeto Eu Tenho Pai realizou no município de Capitão de Campos (PI) atividade de mobilização, divulgação, expedição e cumprimento de notificações, dentro de quadro de ações que antecedem a execução do evento, previsto para o período de 26 a 29 de maio. Durante visitas às escolas públicas, entre zonas urbana e rural, estiveram presentes 714 ouvintes e foram colhidas manifestações relacionadas ao reconhecimento de paternidade e alimento.



O Eu Tenho Pai foi idealizado visando à paternidade responsável e tem como objetivo estimular o reconhecimento voluntário. Em casos onde não seja possível a conciliação, e os envolvidos aceitem realizar o teste de paternidade, o exame de DNA será proposto e disponibilizado pelo projeto, gratuitamente, desde que o filho investigante não tenha o nome de seu genitor em seu assento de nascimento ou de casamento. O projeto é desenvolvido dentro do Programa Justiça Itinerante, também do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI).

No período do evento, serão ainda executadas ações judiciais como recebimento de manifestações de investigação de paternidade e alimentos, reconhecimento voluntário de paternidade, ações de divórcio consensual, suprimento de nascimento e óbito, homologação de acordo de alimentos, retificação de registro civil de nascimento e óbito, reconhecimento de união estável, além de outras ações de natureza consensual e orientação jurídica.

A Justiça Itinerante realizará ainda, por meio de parceiros e colaboradores, ações extrajudiciais, como alistamento militar, habilitação para casamento comunitário, orientação e cadastro para programas assistenciais do governo, oficina da beleza, serviços de saúde e segunda via de registros, entre outros.

Assunto: História em quadrinhos ajuda crianças a lidar com o divórcio

Fonte: CNJ

Data: 24/04/2015

CNJ



Pai e mãe decidem se separar e chamam o filho para conversar. Ele fica triste, zangado, mas encontra duas pessoas que o ajudam a perceber que o divórcio dos pais não precisa gerar vergonha, nem significa afastamento da família. E que seus pais, assim como ele próprio, também estão sofrendo e merecem ser compreendidos. Esse é o mote do gibi Turminha do Enzo que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

está disponibilizando no seu portal, com o objetivo de ajudar as famílias durante um processo de separação. A publicação está à disposição dos tribunais e dos cidadãos na página do CNJ.

“O gibi é uma ferramenta para conscientizar a criança. Muitas vezes ela está perdida, pois os pais, envolvidos com sua crise, esquecem de esclarecer a situação ao filho. Por isso, nossa cartilha alerta para a importância da conversa. É uma forma também de sensibilizar os pais”, diz o conselheiro Emmanoel Campelo, coordenador do Movimento pela Conciliação do CNJ, que promove as Oficinas de Parentalidade em todo o Judiciário.

Em 2014, o CNJ elaborou a Recomendação n. 50, que sugere aos tribunais a adoção das Oficinas como política pública para prevenção e resolução de conflitos familiares, entre outras iniciativas. Com o lançamento do gibi, o CNJ completa o material criado nas Oficinas da Parentalidade, que vem ajudando casais e filhos a passarem pela difícil fase da separação conjugal.

“A história de Enzo personifica todas as crianças que enfrentam essa fase”, afirma a juíza da 2ª Vara da Família e Sucessões e Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos de São Vicente, Vanessa Aufiero da Rocha, responsável tanto pela elaboração do gibi como também das Cartilhas do Divórcio, direcionadas a jovens e adultos.

“Tentamos identificar os questionamentos que mais perturbam as crianças que passam por esse rompimento e trabalhar esses conteúdos de maneira lúdica, por meio de uma linguagem especial direcionada a eles”, completa Vanessa.

Além da própria história, o gibi conta com brincadeiras para colorir, Cruzadinha, Sete Erros, Caça-palavras e Labirinto, que ajudam a reforçar o conteúdo do novo aprendido. “O gibi tem como foco a criança que está passando por esse processo. Na brincadeira de Labirinto, por exemplo, o caminho leva a duas casas”, cita a magistrada.

Além de ensinar a importância de esclarecer as crianças que a culpa do divórcio não é delas, a publicação trabalha as mudanças no conceito de família que envolvem uma separação, de nuclear para binuclear (quando existe o núcleo da mãe e o núcleo do pai).

Mito do trauma – Segundo a magistrada, a ideia de que crianças filhas de pais separados carregam o trauma para sempre ficou para trás. De acordo com a especialista, não é exatamente o divórcio que traumatiza crianças e jovens, mas alguns fatores, como dificuldades financeiras, perder o contato intenso com o pai (ou a mãe) e as brigas entre os responsáveis, que geram insegurança, tensão e medo.

“Para ensinar os jovens a lidar com essa nova fase, é preciso uma boa quantidade de resiliência. Se houver qualidade no relacionamento entre pais e filhos, um convívio harmonioso, os jovens passarão pela fase da separação de forma não traumática”, ensina a magistrada.

Entre os efeitos que um divórcio mal desenvolvido pode acarretar estão o aumento da agressividade (reclamação na escola), a falta de concentração, a baixa autoestima, a regressão para etapas anteriores no desenvolvimento, além da dificuldade em aceitar o ‘não’ e a raiva do genitor com quem a criança tem mais contato.

A história de Enzo – Quando chega em casa, os pais de Enzo o chamam para conversar. De forma direta e calma, pai e mãe anunciam o divórcio e explicam que a culpa não é de Enzo, mas de problemas que não puderam ser resolvidos. Eles reforçam que seguirão sendo seus pais, apenas morarão em casas separadas. Enzo encontra ajuda em Nina, sua amiga. Os pais de Nina também se separaram mas a relação entre eles era de ressentimento. Nina precisou conversar com eles e dizer o que sentia para que parassem de criticar um ao outro para a filha.

Outra personagem que ajuda Enzo é sua professora. Com ela, Enzo revela o quanto se sente confuso, triste, bravo e até mesmo envergonhado. Ela diz que compreende seus legítimos sentimentos, e também explica ao garoto que, assim como ele está em sofrimento, seus pais também se sentem tristes e frustrados. Por fim, a professora ressalta que a família apenas se transformou, não vivem mais juntos, mas seguirão amando e cuidando do filho.

Além do conteúdo *on-line*, exemplares da publicação também deverão estar disponíveis nas varas judiciais e nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs) para acesso dos jurisdicionados.

Assunto: Entidades médicas fazem manifesto contra redução da maioria penal

Fonte: Portal G1 PE

Data: 24/04/2015



Convocadas pelo Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe), várias entidades se reuniram, na manhã desta sexta-feira (24), para elaborar um manifesto contra a redução da maioria penal. Participaram a reunião, que foi realizada na sede do Cremepe, no Recife, representantes do Sindicato dos Médicos de Pernambuco (Simepe) e a Associação Médica de Pernambuco (Ampe), além da Sociedade de Pediatria de Pernambuco, Secretaria de Saúde do Recife, Associação do Ministério Público de Pernambuco e Frente Nacional contra a redução.



Órgãos se reuniram na sede do Cremepe, no Recife.

De acordo com o médico Sílvio Rodrigues, presidente do Cremepe, o manifesto elaborado nesta sexta tem o objetivo de mostrar que o adolescente não é um adulto. “Com base em dados científicos e da realidade que a gente vive hoje no país, o adolescente tem características físicas e psicossociais que não são as mesmas do adulto”, aponta.

Rodrigues lembra também que a ação procura reverter o entendimento de que homicídios praticados por adolescentes são frequentes. “A gente vê isso nas emergências, sabemos que o adolescente não é o algar de nada, ele é vítima de todo um sistema que não cuida da inclusão social”, destaca.

Uma nota publicada pelo Cremepe, Simepe e Ampe também pontua que “defendemos que os artigos constitucionais de proteção às crianças e aos adolescentes ratificados pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) são cláusulas pétreas e sua alteração configura um retrocesso à democracia e aos direitos na infância”. De acordo com o Cremepe, o manifesto construído nesta sexta-feira (24) deve ser entregue aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Assunto: Com redução da maioria, sistema pode ter 32 mil presos a mais em 1 ano

Fonte: Portal G1 PE

Data: 24/04/2015



G1 fez levantamento com órgãos que administram internação de menores. Congresso debate redução da maioria penal de 18 para 16 anos.



Menores infratores em unidade socioeducativa de Alagoas

Levantamento realizado pelo **G1** aponta que cerca de 32 mil adolescentes de 16 e 17 anos deram entrada nas unidades de cumprimento de medidas socioeducativas no país em 2014, após serem apreendidos por infrações de maior gravidade ou com violência. Essa é a quantidade de menores que poderia entrar no sistema prisional brasileiro ao longo de 1 ano caso a redução da maioria penal seja aprovada no Congresso.

O **G1** fez no ano passado um levantamento mostrando que há 200 mil detentos a mais do que o sistema carcerário brasileiro comporta. São 563.723 presos nas penitenciárias do país, mas há, no entanto, 363.520 vagas disponíveis nas unidades (ver mais detalhes adiante na reportagem).

Os dados sobre os menores foram obtidos com secretarias e órgãos que administram unidades de internação de infratores em todos os estados e no Distrito Federal. Apenas o governo de Goiás informou que só tinha dados até 2013 e que não poderia disponibilizar as informações mais recentes.

A reportagem questionou, a cada entidade, quantos adolescentes, com idades de 16 e 17 anos, deram entrada nas unidades de cumprimento de medidas socioeducativas do estado durante todo o ano de 2014. Não há informações sobre o tempo médio que ficou internado cada adolescente.

Nas últimas semanas, o Congresso começou a debater a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. No dia 8 de abril, a Câmara dos Deputados instalou uma comissão para analisar a mesma proposta que, caso seja aprovada, será votada no plenário da Casa antes de retornar ao Senado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, prevê a medida de internação quando 1) o ato infracional for cometido por eles mediante grave ameaça ou violência à pessoa; 2) por reiteração no cometimento de infrações graves; 3) por descumprimento de medida anteriormente imposta. O período de detenção não pode ultrapassar três anos.

POR ESTADO: NÚMERO DE JOVENS DE 16 E 17 ANOS APREENDIDOS POR CRIMES EM 2014		
Estado	16 anos	17 anos
RS	584	824
SC	251	440
PR	566	821
SP	4.053	5.370
RJ	464	658
MG	529	794
ES	456	602
GO	371 (a)	508 (a)
DF	1.818	2.216
TO	37	59
MT	199	284
MS	137 (b)	(b)
AC	134	207
RO	55	83
AM	467	93
RR	48	61
AP	91 (b)	(b)
PA	172	278
MA	240	301
BA	635	721
PI	66	79
CE	614	750
RN	284	380
PB	94	96
PE	1.704	2.107
AL	75	92
SE	243	348
Total	14.273	18.286

POR ESTADO: NÚMERO DE JOVENS DE 16 E 17 ANOS APREENDIDOS POR CRIMES EM 2014		
Estado	16 anos	17 anos
(a) Número de 2013		
(b) Número unificado das duas idades		
Fonte: órgãos responsáveis pela administração de unidades de internação de menores infratores nos Estados		

“A maioria dos adolescentes do país está internado por roubo, por ser considerado crime com violência ou grave ameaça. Já no caso do tráfico, apesar de não haver violência direta, em geral juízes das regiões metropolitanas aplicam internação aos reincidentes e os do interior quase sempre aplicam internação, inclusive aos primários”, afirma o jurista Ariel de Castro Alves, integrante do Movimento Nacional de Direitos Humanos.

O ECA prevê que, em nenhuma hipótese, os juízes aplicarão a internação caso haja outra medida adequada diante do ato infracional, como advertências, reparação do dano, prestação de serviços comunitários, liberdade assistida ou semiliberdade.

O maior número de adolescentes com 16 e 17 anos cumprindo medidas de internação em 2014 foi registrado no estado de São Paulo: ingressaram pelas unidades da Fundação Casa 9.423 menores infratores nesta faixa etária. Segundo o levantamento do **G1** do ano passado, há cerca de 207 mil presos no sistema carcerário paulista.

“Nosso sistema socioeducativo é infinitamente melhor que o sistema prisional de qualquer lugar do Brasil, porque leva em conta as condições e necessidades da criança e do adolescente, que estão em fase de amadurecimento e suscetíveis à mudança de comportamento pela conversa”, entende a presidente da Fundação Casa, Berenice Giannella.

Conforme o ECA, os menores não podem permanecer, “em nenhuma hipótese”, mais de três anos internados, sendo que a manutenção do menor deve ser revisada e fundamentada a cada seis meses.

“Já no caso de tráfico, os adolescentes infratores, se considerados maiores de idade, começariam a cumprir a pena em regime fechado, com possibilidade de progressão, após cumprimento de 2/5 da pena, para os primários, e de 3/5 da pena, se reincidentes”, diz o jurista Ariel de Castro Alves.

Para o caso de roubos, o Código Penal prevê pena de reclusão de quatro a dez anos, mais multa.

O ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Pepe Vargas, disse que uma parcela muito pequena de menores acabam internados em instituições. “Temos 26 milhões de adolescentes no Brasil. Os 23 mil que estão cumprindo medidas com privação de liberdade representam 0,08%. Esses casos têm grande exposição e geram muita comoção, mas é uma parcela ínfima de adolescentes”, afirmou o ministro em um debate no Congresso, segundo a Agência Brasil.

População prisional

O Ministério da Justiça não disponibiliza os números atualizados da população carcerária do país. Os últimos dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), de julho de 2013, apontam que, na época, havia 574.027 presos maiores de idade no país, enquanto havia 317.733 vagas.

Em julho de 2014, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou um levantamento apontando que a população carcerária brasileira chegava a 715 mil em maio daquele ano, sendo que mais de 147,9 mil pessoas cumpriam prisão domiciliar devido ao déficit de vagas no sistema.

Um gráfico obtido pelo **G1** mostra a evolução do número de presos brasileiros desde 2005 em comparação com a quantidade de vagas: enquanto a população carcerária cresce exponencialmente ano a ano, a quantidade de vagas permaneceu praticamente estacionada no país no período.



Evolução da População Prisional do país - 2005 a 2012

Posicionamentos sobre a redução da maioridade

O Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a presidente Dilma Rousseff se manifestaram contra a mudança na legislação.

Pesquisa do Datafolha afirma que 87% de 2.834 entrevistados declaram ser favoráveis à redução da maioridade penal.

Berenice Gianella, da Fundação Casa, propõe uma mudança em outros termos: “Precisamos pensar em outras saídas para a questão, ao invés de mandar o adolescente para o presídio. Uma alternativa é um projeto de lei que aumenta o tempo de internação de adolescentes que praticam crimes hediondos e que chocam a sociedade”.

No ano passado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado rejeitou uma proposta de emenda constitucional para reduzir a idade penal em casos de crimes hediondos, tráfico de drogas, tortura e terrorismo, além de múltipla reincidência para a prática de lesão corporal grave e roubo qualificado, gerando bate-boca entre parlamentares a favor e contra a medida.

Assunto: No Recife, Dia do Jovem Trabalhador é lembrado com caminhada no centro

Fonte: Portal G1 PE

Data: 24/04/2015



Jovens se reúnem no Parque Treze de Maio na manhã desta sexta (24). Eles seguem até a Ponte Duarte Coelho e planejam abraço no Capibaribe.



Aprendizes se reuniram no Parque Treze de Maio e saíram em caminhada até a Ponte Duarte Coelho, passando pelas ruas Princesa Isabel, Sol e Aurora, no centro do Recife

O Dia Internacional do Jovem Trabalhador, celebrado nesta sexta-feira (24), é lembrado pelos jovens aprendizes de Pernambuco com uma caminhada, no centro do Recife, nesta manhã. O ato foi organizado pelo Fórum Pernambucano da Aprendizagem Profissional e conta com a participação de aprendizes de diversas empresas do estado.

O ato começou às 8h no Parque Treze de Maio, no bairro de Santo Antônio, e seguiu pelas ruas Princesa Isabel, do Sol e Aurora até a Ponte Duarte Coelho. Com a caminhada, as instituições responsáveis pela contratação dos jovens pernambucanos pretendem lembrar a obrigatoriedade da presença de aprendizes com idades que variam entre 14 e 24 anos no quadro de pessoal das empresas de médio e grande porte.

A contratação é garantida pela Lei da Aprendizagem Profissional, promulgada pelo Governo Federal em 2010. A lei busca inserir os jovens brasileiros no mercado de trabalho através da aprendizagem profissional, mas ainda precisa de divulgação. Segundo a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/PE), em Pernambuco, por exemplo, existe uma média de 40 mil vagas para aprendizes. No entanto, apenas 14 mil delas estão preenchidas. A SRTE/PE lembra que as empresas que não respeitam a legislação podem ser autuadas.



Jovens 'abraçam' Capibaribe

Ao final da caminhada, os jovens ainda deram um abraço simbólico no Rio Capibaribe. O abraço foi dado com centenas de aprendizes dando as mãos ao longo das ruas da Aurora e do Sol e das pontes Duarte Coelho e de Ferro. Segundo o Fórum Pernambucano da Aprendizagem Profissional, a iniciativa pretende estimular a preocupação ambiental dos aprendizes, através de novos hábitos de utilização dos recursos naturais.

Assunto: Iêmen - 115 crianças mortas desde 26 de março

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 24/04/2015

jornal do  commercio

Balanco foi feito desde o início da campanha aérea lançada em 26 de março pela Arábia Saudita contra os rebeldes xiitas.



Das 115 mortes, 64 foram por bombardeios aéreos e 26 por explosivos ou minas

Ao menos 115 crianças morreram no Iêmen desde o início da campanha aérea lançada em 26 de março pela Arábia Saudita contra os rebeldes xiitas, anunciou nesta sexta-feira o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

"Ao menos 115 morreram e 172 ficaram mutiladas", declarou um porta-voz da Unicef, Christophe Boulierac, em uma coletiva de imprensa em Genebra. Das 115 mortes, 64 foram por bombardeios aéreos e 26 por explosivos ou minas, disse.

Assunto: Estudante de Fernando de Noronha é selecionado para o Programa Ganhe o Mundo

Fonte: Diário de PE

Data: 24/04/2015

DIÁRIO de
PERNAMBUCO



Rafael Ramires de Santana, de 16 anos, fará um intercâmbio na Austrália.

O estudante Rafael Ramires de Santana, de 16 anos, morador do arquipélago de Fernando de Noronha, foi selecionado entre mais de cinco mil inscritos para o Programa Ganhe o Mundo, do Governo do Estado de Pernambuco. O aluno do 2º ano do Ensino Médio fará um intercâmbio na Austrália.

Agora, Rafael Ramires terá que atender às exigências do programa: manter a média 7,0 nas disciplinas de português e matemática, ser assíduo às aulas (menos de 20 faltas) e estar matriculado na rede pública de ensino. Ramires manteve um ritmo forte no estudo do inglês: foram 10 horas por semana dedicadas ao idioma. “Eu sou aluno integral, estudo manhã e tarde. Normalmente eu saía da escola às 20h”, conta o estudante.

Segundo o gestor da Escola Arquipélago, Paulo Bruno, que há três anos acompanha estudantes que participam do intercâmbio, a experiência oferecida pelo Programa representa uma conquista para o aluno, para a escola e para a comunidade. “Nós ficamos muito felizes por compartilhar de uma conquista do Rafael. Entendemos também a importância deste intercâmbio, pois ele será o embaixador da Escola Arquipélago na Austrália”.

O Estudante, que mora na vila dos Três Paus, sonha em ser Engenheiro Civil e está ansioso pela oportunidade. O Programa Ganhe o Mundo foi criado em 2011 pelo Governo do Estado de Pernambuco com o intuito de enviar estudantes do ensino estadual para intercâmbios em países de língua inglesa e espanhola. Este ano, cerca de mil estudantes foram selecionados e viajarão para diferentes países.